

Considerando o editorial do jornal Diário de S. Paulo, publicado no dia 28 de maio de 2013 (doc. Anexo), que trata da preocupação do noticiário no tocante aos atrasos dos pagamentos aos policiais militares que fazem parte da Operação Delegada.

Considerando as declarações veiculadas pelo Rede Brasil Atual, de 20 de maio de 2013 (doc. Anexo), do Secretário Municipal de Direitos Humanos – Dr. Rogério Sottili, na abertura da 35ª Semana de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica, que diz “Não acho a Operação Delegada de São Paulo uma boa solução, da forma como foi firmada”;

REQUEIRO, nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que sejam solicitadas ao Secretário Municipal de Segurança Urbana as seguintes informações:

- 1) Qual o valor do convênio firmado com o Governo do Estado para o desenvolvimento da Operação Delegada ?
- 2) Quantos policiais militares participam da Operação Delegada? Quanto em média recebe cada policial militar pelo trabalho na Operação Delegada? Estão ocorrendo atrasos nos pagamentos? Se, sim por que?

SITUAÇÃO

Deliberado na R.O. do dia (29/05/2013)

Recebido pela PREFEITURA em (6/6/13)

RESPOSTA RECEBIDA NA SECRETARIA EM (18/6/13)

DISPONIBILIZADA NA REDE E ENCAMINHADA AO AUTOR EM (18/6/13)

Nova Resposta Recebida na Secretaria em (26/6/2013)

Disponibilizada na Rede em (27/6/2013)

Encaminhada ao autor em (27/6/2013)



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

CÓPIA

São Paulo, 29 de maio de 2013.

Ofício CFO nº 054/2013

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, encaminho a Vossa Excelência cópia do Requerimento nº 41/2013, de autoria do Vereador **Aurélio Nomura**, aprovado na Reunião Ordinária de 29/05/2013, pelo qual solicita informações sobre a Operação Delegada.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração, colocando ao seu dispor, para as informações que julgue oportunas, a Secretaria desta Comissão.

Vereador Roberto Tripoli

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Anexo: cópia do requerimento citado.

Ao Senhor
Roberto Teixeira Pinto Porto
Secretário de Segurança Urbana
Rua Augusta, 435/437 - Consolação
CEP 01305-000





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Gabinete do Vereador Aurélio Nomura

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

REQUERIMENTO Nº 41/2013

Senhor Presidente,

Considerando o editorial do jornal Diário de S. Paulo, publicado no dia 28 de maio de 2013 (doc. Anexo), que trata da preocupação do noticiário no tocante aos atrasos dos pagamentos aos policiais militares que fazem parte da Operação Delegada.

Considerando as declarações veiculadas pelo Rede Brasil Atual, de 20 de maio de 2013 (doc. Anexo), do Secretário Municipal de Direitos Humanos – Dr. Rogério Sottili, na abertura da 35ª Semana de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica, que diz “Não acho a Operação Delegada de São Paulo uma boa solução, da forma como foi firmada”;

REQUEIRO, nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que sejam solicitadas ao Secretário Municipal de Segurança Urbana as seguintes informações:

1) Qual o valor do convênio firmado com o Governo do Estado para o desenvolvimento da Operação Delegada ?

2) Quantos policiais militares participam da Operação Delegada? Quanto em média recebe cada policial militar pelo trabalho na Operação Delegada? Estão ocorrendo atrasos nos pagamentos? Se, sim por que?

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, maio de 2013.

Aurélio Nomura
Vereador PSDB

NA/rmrs



nossa opinião

Uma ameaça à Operação Delegada

Preocupa a notícia de que a Prefeitura está atrasando o pagamento a policiais militares que fazem parte da Operação Delegada. Tanto quanto o atraso, em si, o que preocupa é a quebra de confiança. Como se sabe, essa operação surgiu cerca de dois anos atrás, numa combinação entre Prefeitura e governo estadual, para que o pessoal da PM trocasse o beneficiário dos "bicos" que sempre fizeram em suas horas de folga. Em vez de trabalhar na folgas para particulares, à paisana e muitas vezes desarmados, passariam a trabalhar para o governo municipal, fardados, armados. O acordo deu certo, a criminalidade caiu nas imediações dos pontos de comércio popular da cidade.

O acordo funcionou, nos primeiros anos, porque a Prefeitura cumpriu a sua parte, com o pagamento em dia. Esse é um ponto fundamental, nos acordos que policiais militares (do Brasil inteiro, ressalte-se) sempre fizeram. No Rio de Janeiro, como é amplamente sabido, os contraventores do jogo do bicho têm como sagrado o pagamento em dia dos policiais que contratam para sua segurança. Em outros cantos do Brasil, inclusive São Paulo, também são pontuais no pagamento as empresas particulares que historicamente usam em seu benefício as horas de folga dos PMs.

Os soldados são a maioria dos prestadores desse tipo de trabalho extra, mas o costume chega até ao nível dos oficiais. E todos, sem exceção, só concordam em

sacrificar as folgas em troca de pagamento compensador e, saliente-se, em dia. A notícia recente, em São Paulo, é de que o pagamento sob responsabilidade da Prefeitura já está com mais de um mês de atraso. Chega a um mês e meio, segundo a informação divulgada. A alegação é de que a Prefeitura espera uma prestação de contas da Polícia Militar para providenciar o acerto das contas.

Qualquer que seja a alegação, o que pesa nessa história é o atraso. O PM faz o seu trabalho normal, que prevê folgas de até 36 horas entre um turno e o seguinte. São folgas que, em termos ideais, deveriam ser usadas para o convívio com a família, o descanso, o aprimoramento pessoal em vários cursos, os passeios, o lazer. Na prática, são folgas usadas na prestação de serviço de vigilância para particulares (muitas vezes gente do crime), o que reforça o soldo notoriamente insuficiente para bancar o orçamento doméstico e a realização dos sonhos de consumo.

Canalizar para a Prefeitura esse "bico" que policiais sempre fizeram foi uma medida pragmática. Chegou a criar certa polêmica, nos primeiros tempos, mas os bons resultados obtidos botaram fim a toda crítica. Hoje a Operação Delegada é aceita, está consolidada. Entretanto, fica ameaçada se a Prefeitura não restabelecer com urgência o regime de pagamento em dia. Sem isso, os PMs vão voltar para o esquema anterior, que incluía a proteção a gente do crime.



POLÍTICA ECONOMIA CIDADANIA TRABALHO MUNDO AMBIENTE SAÚDE E CIÊNCIA EDUCAÇÃO CULTURA BLOGS

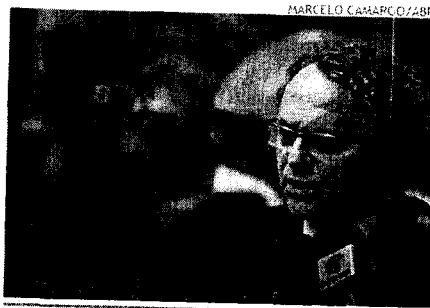
DIREITOS HUMANOS

Secretário de Haddad admite desconforto com Operação Delegada

Rogério Sottili afirmou que não se sente 'confortável' com convênio que paga PMs de folga para agirem na fiscalização de leis municipais

por Júlia Rahabie, da RBA publicado 20/05/2013 15:31, última modificação 20/05/2013 16:10

São Paulo — O secretário municipal de Direitos Humanos de São Paulo, Rogério Sottili, disse hoje (20) na abertura do 35ª Semana de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que não se sente confortável com a Operação Delegada, convênio firmado em 2009 por meio do qual a prefeitura paga pelos serviços de policiais militares em períodos de folga para agirem no cumprimento das leis municipais. Em março, o prefeito Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) assinaram documento que ampliou as atividades que poderão ser desenvolvidas por PMs.



O secretário também criticou a internação compulsória de usuários de crack no estado de São Paulo

Ao ser questionado sobre uma possível desmilitarização da polícia para reduzir casos de violações de direitos por parte de policiais e sobre a Operação Delegada, Sottili afirmou que quando estava a caminho do evento “rezou para que ninguém fizesse esta pergunta”. “Sou secretário de Direitos Humanos de São Paulo, portanto, sigo uma diretriz política, mas nem sempre nos sentimos confortáveis com algumas decisões que extrapolam nossa competência. Confesso que essa é uma destas questões. Não acho a Operação Delegada uma boa solução, da forma pela qual foi firmada.”

A ampliação do convênio possibilita que, além de fiscalizar o comércio irregular, os 3.986 policiais militares e bombeiros da operação ajudem na fiscalização e prevenção de incêndios em casas noturnas, no Programa de Silêncio Urbano (Psiu) e na proteção do patrimônio e equipamentos municipais. A operação foi também ampliada para o período noturno.

Ainda segundo o secretário, no entendimento de Haddad e do secretário de Segurança Urbana, Roberto Porto, “a pactuação foi necessária para atender a locais extremamente vulneráveis dentro de São Paulo”, e não houve aumento nos registros de abusos cometidos pelos policiais militares.

“Eu mesmo conversei com o prefeito sobre isso e ele disse que é uma tarefa da prefeitura fiscalizar para que não ocorram violações. Mas confesso que acho que poderíamos tentar outras alternativas”, comentou.

Sobre a ação policial na cidade de São Paulo, Sottili afirmou que as violações de direitos humanos cometidas pela Polícia Militar, principalmente nas periferias da cidade, “são problemas a serem enfrentados”, ainda que o governo municipal não tenha competência para lidar com a PM. Ele chamou a atenção para as truculências policiais cometidas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM).

“Temos governabilidade sobre a GCM, que também não é fácil. A GCM é truculenta, porque ela vem formada sobre a ideia da repressão, de dispersar, higienizar, de tirar as pessoas diferentes das ruas. Se é LGBT tem de sair, o padrão é ser macho ou mulher, se é morador de rua tem de sair também, e este é um processo cultural a ser trabalhado.”

Sottili também afirmou que foi criado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação um grupo de trabalho para criar uma política de educação em direitos humanos, e com a Secretaria de Segurança Urbana, um programa, junto à GCM, que inclui a criação de novos editais de concursos e contratação. “O edital contava com itens inacreditáveis para o século 21, como requisitos de números de dentes na boca, altura mínima, tinha caráter extremamente preconceituoso.”

Nova virada

A Virada Cultural que terá “a cara” da administração municipal atual, segundo Sotilli, será o evento de 2014. “Herdamos um projeto muito interessante, mas que já veio com alguns encaminhamentos. A virada que vai ter a nossa cara será a virada do ano que vem.” Ele ressaltou que este ano algumas mudanças já foram implementadas, como atrações de rap realizadas no centro da cidade.

Sobre a possível omissão da Polícia Militar diante de furtos, assaltos e arrastões que aconteceram na virada deste ano, realizada entre sábado e domingo (18 e 19), relatadas por frequentadores do evento, o secretário de Direitos Humanos afirmou que existia uma orientação da prefeitura ao governo estadual para não deixar a PM praticar violências e abusos, “mas não existe isso de orientação de não intervir”. “O prefeito acha que se é necessário, a polícia tem de intervir mesmo, o que tem de mudar é a abordagem.”

Divergências

Os direitos humanos na segurança pública precisam avançar através de um “pacto federativo”, segundo Sotilli. “Isso não é fácil. O estado é governado por um partido com visões diferentes, mas precisamos abrir caminhos junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP).”

O secretário ainda criticou posicionamentos políticos tomados pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) nos últimos meses. “O governo do estado é a favor da internação compulsória, é a favor da redução da maioria penal, somos contra tudo isso. O que está sendo proposto não é novo, já ficou comprovado que é ineficaz e que agrava o problema de violações dos direitos humanos no país. Precisamos desconstruir a política de violações dos direitos humanos e construir outra, de promoção destes.”

registrado em: rogerio sottili, direitos humanos, operação delega, fernando haddad, virada cultural, guarda civil municipal, pm, gcm

São Paulo, 10 de junho de 2013

OFICIO 147/SMSU/GAB/2013

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de cumprimentá-lo e, por necessário, em atenção ao ofício nº 054/2013, esclarecer a Vossa Excelência que os valores e os respectivos pagamentos do convênio denominado “Operação Delegada” ficam a cargo da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, que detêm as informações objeto do requerimento nº 41/2013, subscrito pelo nobre Vereador Aurélio Nomura.

Esclareço, outrossim, que os respectivos documentos estão nesta data sendo encaminhados a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras para os devidos esclarecimentos.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.



ROBERTO PORTO

Secretário Municipal de Segurança Urbana

Exmo. Sr. Vereador Roberto Tripoli
Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí 100 7º andar sala 705
São Paulo-SP

Rua Augusta, 435 7º andar – Consolação – São Paulo – Tel. 3124-5104 / 5116



10820728

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
COORDENAÇÃO DAS
SUBPREFEITURAS

São Paulo, 13 de junho de 2013.

Ofício nº 65/SMSP/GAB/SEC/2013

15 - DOCREC
15- 00338/2013

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de cumprimentá-lo e, por necessário, em atenção ao ofício nº 054/2013, esclarecer a Vossa Excelência quanto ao requerimento nº 41/13 do Vereador Aurélio Nomura o seguinte.

1. Existem dois convênios de Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada entre o Município de São Paulo e Estado de São Paulo:

a) Programa de Combate ao Comércio Ambulante Irregular ou Ilegal em Regiões Críticas do Município, com estimativa diária de até 2.074 (dois mil e setenta e quatro) PM's e custo mensal estimado de até 7.980.296,20 (sete milhões, novecentos e oitenta mil duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos);

b) Programa de Proteção do Patrimônio e Equipamentos Municipais em Regiões Críticas do Município e o Programa de Fiscalização das Normas de Prevenção de Incêndios e de Acidentes junto às Casas Noturnas e estabelecimentos com grande fluxo de pessoas, bem como apoio à fiscalização do silêncio urbano e situações decorrentes da deflagração de estado de criticidade monitorados pelo COMDEC, com a estimativa diária de até 1.300 (mil e trezentos) PMs e custo mensal estimado de até R\$ 4.990.653,10 (quatro milhões, novecentos e noventa mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dez centavos);

2. Valor pela jornada máxima de 8 horas/dia é de R\$ 157,76 para Praça - aplicável ao Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado, e de R\$ 210,56 para Oficiais - aplicável ao Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente - (Lei nº 14.877/2009, alterada pela Lei nº 11.412/2011);



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
COORDENAÇÃO DAS
SUBPREFEITURAS

3. Os pagamentos das Atividades são realizados nas datas previstas nos convênios. O convenio sobre o Programa de Combate a invasões em áreas de proteção ambiental e/ou de risco (São Miguel Paulista e Penha), que foi anulado por inobservância aos artigos 60 da Lei Federal nº 4.320, artigos 55, inciso V e 57, "caput", ambos da Lei nº 8.666 e artigo 9º, inciso IV da Portaria Intersecretarial nº 6/2008 SF/SEMPA gerou as pendências de março a abril/2013 e já foram devidamente solucionadas, não restando nenhum pagamento em atraso.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

Francisco Macena da Silva
Secretário
SMSP

Excelentíssimo Senhor
Vereador Roberto Trípoli
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
NESTA

FM/nvm
OFs- 60.doc



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº de 20.....,/...../..... (a)

Ref: Protocolo Geral nº 190861.

A Presidência.

17/06/2013

NELSON DAMASCENO BATISTA
Supervisor de Equipe de Protocolo e Autuação
SGA.6





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PRESIDÊNCIA

REF: OFÍCIO Nº 054/2013

INT: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ASS: REQUERIMENTO Nº 41/13 – VEREREADOR AURÉLIO NOMURA

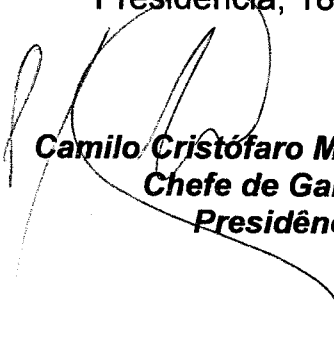
À

SGP - SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

Senhora Secretária

Encaminhamos o presente para providências cabíveis.

Presidência, 18/06/2013


Camilo Cristóforo Martins Junior
Chefe de Gabinete
Presidência



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº

de

/ /

(a)

À SGP.22

Para encaminhamento à douta Comissão de Finanças e Orçamento. Digitalizar e enviar por via eletrônica ao CTEO. São Paulo, 24/06/13.

Solange Rainone dos Santos
Secretária de Apoio Legislativo – SGP.2

À douta Comissão de Finanças e Orçamento:

26, 06, 13.

CARLOS ROBERTO DA SILVA
RF 11.130

RECEBIDO

Comissão de Finanças e Orçamento

Em 26/6/13 às 19h00
RF

Celso Cesar Rodrigues
Técnico Administrativo
RF. 11.287